

PARECER

Prova de exame nacional de ECONOMIA A – 1ª fase 2018

1. A APROCES considera que os conteúdos selecionados para avaliação na prova da 1ª fase de exame nacional de Economia A estão de acordo com o programa da disciplina em vigor e com o referenciado nas Informações-Exame, refletindo, de forma equilibrada, a diversidade de temas do programa. Estando o programa da disciplina dividido em dois anos de lecionação, apraz-nos registar que a prova manteve o habitual equilíbrio no que toca à incidência sobre conceitos e objetivos do décimo e do décimo primeiro anos.

Quanto à estrutura, a prova é constituída por três grupos, não apresentando diferenças relativamente a provas de anos anteriores, apenas se verificou um aumento do peso dos itens de escolha múltipla que passaram a valer 140 pontos.

2. O grau de dificuldade das questões colocadas aos alunos, em termos médios, parece-nos adequado, assim como a extensão da prova face ao tempo de duração definido. A prova em análise continuou a tendência dos últimos anos quanto ao nível considerável de concentração e atenção exigido, bem como quanto à natureza dos desafios lançados, nomeadamente quando os raciocínios e cálculos matemáticos são o cerne do objeto de avaliação ou uma peça fundamental do desempenho a avaliar.

Quanto ao Grupo I – Itens de escolha múltipla, consideramos que, face a anos anteriores, é consideravelmente mais elevada a complexidade dos cálculos requeridos em alguns dos itens de escolha múltipla. Assim, todos os itens têm a mesma cotação apresentando, contudo, graus de dificuldade muito diferenciados, uns muito fáceis e outros exigindo a realização de vários cálculos (por exemplo, os itens 12. e 15.).

Por outro lado, o item 2. do Grupo II (que implicava a realização de cálculos) tem um grau de dificuldade menor do que itens de escolha múltipla (por exemplo 12.1 e 15.1), mas apresentando uma cotação mais elevada (10 pontos) que os itens de escolha múltipla referidos (7 pontos).

Quanto aos Grupos II e III, a repartição igualitária na cotação dos itens não nos parece adequada, na medida em que existem itens que requerem a mobilização de conhecimentos e de competências de desigual complexidade, quer ao nível individual ou no conjunto dos parâmetros de leitura de dados, análise e síntese e terminologia e comunicação, porque não se nos afigura justo tratar por igual o que é desigual.

3. Os suportes documentais que acompanham alguns dos itens, parecem-nos adequados em termos de clareza.

Os itens que apresentam um pequeno texto (dois textos do mesmo autor num mesmo exame parece revelar uma escassez de textos escritos na área da Economia) ou tabela/gráfico introdutório são acessíveis aos alunos. Contudo, os critérios de classificação parecem complexificar as respostas (Grupo II – 1. e 3. e Grupo III – 1.) quando de facto todas elas apenas valem 10 pontos.

Entendemos que, embora em termos gerais o grau de dificuldade das provas não seja muito elevado, verifica-se que nas provas se continua a insistir em cálculo aritmético (taxas de crescimento, pesos, resolução de equações, etc.) que não são muito reveladores do conhecimento dos conceitos económicos, assim como continuam a faltar itens de interpretação que relacionem conceitos económicos ou dados económicos da realidade económica portuguesa/europeia/mundial que integram o programa da disciplina de Economia.

4. Na edição deste ano letivo, foi introduzida uma mudança na conceção da prova no que diz respeito aos tipos de itens e à distribuição da cotação, face ao que era habitual até ao ano passado. Com efeito, há agora um predomínio claro dos itens de escolha múltipla (que totalizam 140 dos 200 pontos da prova), ao mesmo tempo que foram alisadas as diferenças entre os itens de construção. Cientes da existência de vantagens e desvantagens nos dois tipos de questões em confronto – abertas e fechadas – registamos esta nova opção na elaboração da prova, com uma cotação que consideramos excessiva (70% da cotação total).

Lamentamos, ainda, que os alunos, cujas expectativas foram inevitavelmente moldadas pelas características das provas dos últimos anos, não tenham recebido qualquer informação sobre a mudança que se preparava. Também antevemos que esta circunstância tenha gerado um sentimento de frustração entre os professores de Economia A que desenvolveram trabalho específico de preparação dos seus alunos para a prova.

5. Chegaram-nos notícias de que voltaram a ocorrer casos de alunos que não resolveram a última questão da prova por terem sido levados a crer que esta terminava na página 13, em virtude do espaço em branco deixado no final dessa página.

Para evitar a repetição deste tipo de situações, sugerimos a inclusão, em futuras provas, da indicação “*continua no verso*” ou equivalente, nos casos em que a formatação do enunciado seja suscetível de produzir aquele equívoco. Com efeito, consideramos que a referência à palavra «FIM», embora adequada, não é suficiente quando a penúltima página do enunciado não é integralmente ocupada por texto impresso, gerando no espírito de alguns alunos a convicção de terem chegado ao fim da prova.

Sugerimos, para futuro, a ocupação integral do espaço de cada página e a recuperação da instrução “A prova só termina com a palavra FIM”, que integrava o conjunto das informações preliminares em edições passadas desta prova.